

# Enfrentar a impunidade é fortalecer a democracia



» **GLEND MEZAROBBA**  
*Conselheira do Instituto Vladimir Herzog e cientista política*

» **ROGÉRIO SOTTILI**  
*Diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog. Foi Secretário Especial de Direitos Humanos do governo federal*

O julgamento que o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciará em 13 de fevereiro, para definir o alcance da Lei de Anistia em casos de desaparecimento forçado e ocultação de cadáver durante a ditadura militar, recoloca o Brasil diante de uma questão que atravessa décadas: até quando um país pode adiar o enfrentamento de graves crimes cometidos por agentes do próprio Estado sem comprometer a qualidade de sua democracia?

Não se trata apenas de um debate jurídico, embora a responsabilização criminal esteja no centro desse debate. Trata-se de um debate sobre memória e futuro. Sociedades que não enfrentam a violência do passado tendem a conviver com suas permanências, muitas vezes, invisibilizadas e naturalizadas.

O desaparecimento forçado, talvez, seja a expressão mais radical dessa permanência. Diferentemente de outros crimes, ele não se encerra no momento em que é cometido. Enquanto não há resposta sobre o destino da vítima, o crime continua em curso. Continua para as famílias que aguardam a volta do ente querido, para o Estado que não presta contas de seus atos, para a sociedade que não sabe os detalhes da barbárie que aconteceu “em nome da cidadania”. O tempo, nesses casos, não apaga a violência. Ao contrário, aprofunda.

O direito internacional reconheceu há muito essa dimensão. Cortes e organismos

internacionais estabeleceram de forma clara que crimes como tortura, execução e desaparecimento forçado não são passíveis de anistia. Tal dimensão extrapola o aspecto punitivista, porque a própria ideia de humanidade compartilhada se esvai quando tais crimes são tolerados.

No Brasil, entretanto, o STF tem tido dificuldade em acompanhar o desenvolvimento da normativa internacional, assim como juízes têm se omitido na aplicação do controle de convencionalidade. Com a ajuda de malabarismos jurídicos, a Lei de Anistia segue sendo usada como escudo para bloquear a responsabilização de autores de graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. Familiares de mortos e desaparecidos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e instâncias internacionais insistem, há mais de meio século, que a Lei Nº 6.683/79 constitui obstáculo à justiça e ao direito à verdade.

O julgamento que agora se anuncia apresenta, ainda que tardiamente, a oportunidade de revisão desse entendimento. É preciso repetir: não se trata de revisitar o passado por ressentimento, mas de reconhecê-lo por dever e responsabilidade. Mais do que um regime de eleições periódicas, a democracia constitui pacto ético sobre o que uma sociedade considera aceitável e sobre os limites que a cidadania impõe aos que exercem o poder.

Nesse sentido, o debate sobre a Lei de Anistia dialoga diretamente com o presente. O Brasil vive, neste momento, um importante processo de responsabilização daqueles que recentemente atentaram contra a ordem democrática. Esse movimento, com todas as suas complexidades, revela que instituições só se fortalecem quando demonstram que todos os cidadãos são iguais em direitos e deveres e que, portanto, ninguém está acima da lei. A violência política não pode ser naturalizada.

Há uma linha que conecta a impunidade do passado à ousadia autoritária recente. Quando crimes cometidos por agentes de Estado não são investigados, quando torturadores não são responsabilizados, quando desaparecimentos políticos permanecem sem resposta, reafirma-se a mensagem, ainda que de forma silenciosa, de

que é possível recorrer à violência na solução de conflitos. Em uma democracia, isso é inaceitável. Romper essa lógica constitui tarefa política. Neste momento, cabe a uma de suas mais importantes instituições, o Judiciário, desempenhá-la.

Enfrentar a impunidade não significa apenas identificar os responsáveis e punir os reconhecida-mente culpados. Significa reafirmar valores. E confirmar que a dignidade humana não é negociável, que o poder tem limites e que a democracia é incompatível com a violência de agentes do Estado.

O caso da Guerrilha do Araguaia é emblemático. Décadas depois, famílias ainda buscam informações sobre o destino de integrantes desse movimento de resistência. A ausência de respostas é uma dívida do Estado com a cidadania e com a própria história do país. Confiança cívica não se constrói na opacidade. A não repetição de horrores como os perpetrados durante a ditadura militar depende do pleno conhecimento dos fatos.

É importante lembrar que esforços para lidar com o legado de graves violações de direitos humanos, mundo afora, não enfraquecem as instituições. Ao contrário, podem constituir oportunidade de seu fortalecimento. No caso do Brasil, o reconhecimento público dos crimes e a aplicação da justiça podem estabelecer, de forma concreta, que o limite da dignidade humana não voltará a ser ultrapassado.

Embora venha sendo considerada referência global na defesa da nossa jovem democracia, o Poder Judiciário ainda não desempenhou o papel que lhe cabe em relação ao legado da ditadura militar. Por isso, o julgamento que se aproxima deve ser acompanhado com atenção por toda a sociedade. Não se trata de um tema restrito a juristas ou especialistas porque diz respeito ao tipo de país que desejamos ser. Um país que aceita a violência de seus agentes, que convive com a impunidade ou um país que quer aprimorar suas instituições?

Memória, verdade e justiça não são conceitos abstratos. São alicerces que ainda precisam ser bem sedimentados no processo de construção da democracia brasileira. Enfrentar o passado é proteger o futuro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circocunha@adabr.com.br](mailto:circocunha@adabr.com.br)



## República personalista

Em pleno século 21, quando a democracia liberal enfrenta questionamentos no mundo inteiro, o Brasil revive um debate que deveria estar superado desde o século 18: é possível consolidar instituições que sejam maiores do que os homens que as ocupam? A pergunta não é trivial. Ao contrário, ela revela a raiz de nossa crise permanente. Desde a proclamação da República, em 1889, o país parece oscilar entre promessas modernizantes e recaídas personalistas. Derubou-se um imperador sob a bandeira do republicanismo, mas o que se viu, nas décadas seguintes, foi a consolidação de oligarquias regionais. Superou-se a política do café com leite, mas emergiu o centralismo varguista. A ditadura militar prometeu ordem e progresso, mas legou um trauma institucional profundo. A redemocratização reacendeu esperanças, mas não extinguiu o vício da personalização do poder.

Há mais de um século, o Brasil vive entre reformas e remendos. A teoria de Montesquieu, ao propor a separação e o equilíbrio entre os poderes, parte de uma premissa essencial: o poder deve conter o poder. Não se trata de confiar na virtude dos governantes, mas de criar mecanismos institucionais que limitem seus impulsos. A democracia não é o governo dos bons; é o sistema que presume a imperfeição humana e, por isso mesmo, estabelece freios, contrapesos e regras claras.

O resultado é previsível: instabilidade. Vivemos um tempo de radicalização política, judicialização excessiva da vida pública e descrédito generalizado. Parte da sociedade desconfia do Executivo; outra parte acusa o Legislativo de omissão ou fisiologismo; muitos veem no Judiciário um protagonismo que ultrapassa seus limites tradicionais. Cada Poder acusa o outro de extrapolação. E a população, assistindo a esse embate, sente-se órfã de representação. A nação entendida como o conjunto vivo da sociedade não se reconhece plenamente no Estado entendido como a máquina institucional que deveria expressar a vontade geral.

Quando a representação falha, cresce o espaço para discursos salvacionistas. A cada crise, ressurgem a tentação de apostar em um líder forte, capaz de “colocar ordem na casa”. Mas a história ensina que líderes fortes raramente produzem instituições fortes. Pelo contrário: costumam enfraquecê-las ainda mais. O paradoxo brasileiro é este: queremos estabilidade institucional, mas buscamos soluções personalistas.

A própria Constituição de 1988, embora tenha ampliado direitos e consolidado garantias fundamentais, criou um sistema complexo e, por vezes, disfuncional. A fragmentação partidária dificulta maiorias estáveis. O presidencialismo de coalizão, necessário para governabilidade, abre espaço para negociações pouco transparentes. O Judiciário, chamado a arbitrar conflitos políticos, assume um papel que ultrapassa a simples aplicação da lei. Assim, o equilíbrio entre Poderes torna-se frágil e sujeito a tensões constantes.

Não se trata de afirmar que as instituições brasileiras não existem ou que a democracia esteja formalmente rompida. O problema é mais sutil e, por isso mesmo, mais grave: a erosão da confiança. Sem confiança institucional, a democracia transforma-se em disputa permanente de narrativas. Cada decisão é vista como manobra; cada interpretação constitucional é tratada como escolha ideológica; cada eleição é acompanhada de suspeitas. A política deixa de ser mediação de conflitos para tornar-se campo de batalha moral.

Nesse ambiente, ética e razão se distanciam. A ética pública baseada em princípios universais cede espaço à moral tribal, em que o certo e o errado dependem de quem pratica o ato. A razão institucional fundada em procedimentos é substituída pela emoção coletiva. O debate público degrada-se, e o diálogo torna-se raro. O Brasil parece, então, preso em um beco sem saída. Se aposta no fortalecimento de lideranças carismáticas, arrisca enfraquecer as instituições. Se transfere excessiva responsabilidade às instituições sem reformá-las, perpetua sua ineficiência. Se radicaliza o discurso político, aprofunda o distanciamento entre sociedade e Estado. E se busca consensos superficiais, apenas adia conflitos estruturais.

Como sair desse impasse, então? A resposta não está em soluções mágicas, nem em rupturas abruptas. O caminho lento e menos sedutor passa pela reconstrução da cultura institucional. Isso implica fortalecer partidos programáticos, reduzir a fragmentação política, aprimorar mecanismos de transparência e responsabilização e delimitar, com clareza, as competências de cada Poder. Implica também um esforço educativo e cultural. Democracia não é apenas procedimento jurídico; é hábito.

### » A frase que foi pronunciada

“Na minha opinião, existem dois tipos de viajantes: os que viajam para fugir e os que viajam para buscar.”

Érico Veríssimo

### » História de Brasília

Há quase um mês, não há aula no curso médio de Brasília. Os estudantes serão os prejudicados, e as autoridades não se interessam por uma solução. Enquanto isso, os pais apressivos vêem seus filhos sem ensinamentos, e os professores sem querer sair das casas invadidas. (Publicada em 15.5.1962)

## O compromisso do GDF com a educação



» **HÉLVIA PARANAGUÁ**  
*Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal*

Nesta semana, 448 mil estudantes começam um novo ano letivo na rede pública de ensino do Distrito Federal. Ao cruzarem os portões de nossas escolas, esses jovens, com o apoio de suas famílias, carregam expectativas, planos e a confiança de que a educação é o caminho mais seguro para transformar a própria história. E nós, no Governo do Distrito Federal, assumimos um compromisso com cada um deles: sonhem, e sonhem alto, porque a rede pública do DF está preparada para sustentar esses sonhos com trabalho, planejamento e resultados concretos.

No Distrito Federal, o ensino público é a ponte que permite a qualquer jovem alcançar seus objetivos, seja ele cursar medicina em uma universidade federal, dominar um novo idioma, empreender, conquistar um emprego qualificado ou estudar no exterior. Essa visão tem amparo sólido na realidade. São muitos os dados que comprovam que, com políticas públicas consistentes

e investimentos permanentes, o DF conquistou, nos últimos anos, posição de referência nacional em educação pública de qualidade.

A base dessa transformação começa na primeira infância, etapa decisiva para o desenvolvimento cognitivo e social. Em 2019, a fila de espera por creches tinha 24 mil crianças. Atualmente, o número de vagas disponíveis já é maior que a demanda. Sobram vagas porque, desde o início desta gestão, inauguramos 26 novas creches e temos outras oito em construção. Paralelamente, o Cartão Creche assegurou atendimento a mais de 87 mil beneficiários em instituições conveniadas, garantindo que nenhuma criança fique para trás no momento mais importante do aprendizado.

Não há como priorizar a educação sem investir em professores. Por isso, no fim do ano passado, realizamos a contratação de 3 mil novos docentes para reforçar o quadro da rede pública. Trata-se de um passo decisivo para assegurar continuidade no aprendizado, melhorar o acompanhamento individual dos estudantes e fortalecer o vínculo entre professores, alunos e comunidades escolares.

Também sabemos que existem condições básicas que precisam ser atendidas para uma educação de qualidade. Um aluno que tem material adequado, uniforme, alimentação e segurança emocional consegue se concentrar no que realmente importa: estudar. Por isso, fortalecemos políticas que promovem autonomia às famílias

e igualdade de oportunidades dentro da rede. O Cartão Material Escolar, por exemplo, já beneficia cerca de 200 mil estudantes, permitindo que escolham os próprios itens em papelarias credenciadas, valorizando o comércio local e respeitando as necessidades de cada um. Em 2026, avançamos com a vigência plena do Cartão Uniforme Escolar, que atenderá todos os alunos da rede, injetando R\$ 125 milhões na economia do DF e reforçando o sentimento de pertencimento que a escola deve proporcionar.

Nosso compromisso também é com horizontes mais amplos. O programa Pontes para o Mundo mostra que a escola pública do DF pode levar seus estudantes para além das fronteiras do país. Em 2025, 102 jovens vivenciaram intercâmbio no Reino Unido. Em 2026, ampliaremos para 400 vagas, incluindo destinos como Canadá, França e Espanha. Não se trata apenas de aprender um idioma, mas de ampliar repertórios culturais, fortalecer a autoestima e provar que nossos estudantes podem ocupar qualquer espaço no mundo.

O compromisso do GDF é com uma educação pública tecnológica, inclusiva, eficiente e, acima de tudo, humana. Iniciamos este ano letivo com a certeza de que oferecemos oportunidades reais de mobilidade social e cidadania. Cada matrícula representa uma história que pode ser transformada e uma família que deposita confiança no poder da escola.